



# FICHA TÉCNICA

## **Título**

*Fragmenta Historica – História, Paleografia e Diplomática*

## **ISSN**

1647-6344

## **Editor**

Centro de Estudos Históricos

## **Director**

João José Alves Dias

## **Conselho Editorial**

João Costa: Licenciado em História pela FCSH/NOVA. Mestre em História Medieval pela FCSH/NOVA.  
Doutor em História Medieval na FCSH/NOVA

José Jorge Gonçalves: Licenciado em História pela FCSH-NOVA. Mestre em História Moderna pela FCSH/NOVA. Doutor em História Moderna pela FCSH/NOVA

Pedro Pinto: Licenciado em História pela FCSH/NOVA

## **Conselho Científico**

Fernando Augusto de Figueiredo (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

Gerhard Sailler (Diplomatiche Akademie Wien)

Helga Maria Jüsten (CEH-NOVA)

Helmut Siepmann (U. Köln)

Iria Vicente Gonçalves (CEH-NOVA; IEM – FCSH/NOVA)

João Costa (CEH-NOVA; IEM – FCSH/NOVA)

João José Alves Dias (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

João Paulo Oliveira e Costa (CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

Jorge Pereira de Sampaio (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

José Jorge Gonçalves (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

Julián Martín Abad (Biblioteca Nacional de España)

Maria Ângela Godinho Vieira Rocha Beirante (CEH-NOVA)

Maria de Fátima Mendes Vieira Botão Salvador (CEH-NOVA; IEM – FCSH/NOVA)

## **Design Gráfico**

Ana Paula Silva

## **Índices**

João Costa e Pedro Pinto

## **Imagen de capa**

Arquivo Municipal de Loulé, PT-AMLLE-CMLLE-B-A-1-14\_{3v}



## SUMÁRIO

Imagen da capa: Peças de um puzzle: as surpresas que ainda podem aparecer sobre os livros das ordenações, p. 9  
João Alves Dias

### ESTUDOS

Coroa, Igreja e superstição em Montemor-o-Novo (1512-1513), p. 17  
Jorge Fonseca

A construção do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra ao tempo do diretor António José das Neves e Melo (1814), p. 27  
Guilhermina Mota

### MONUMENTA HISTÓRICA

Sílvio de Almeida Toledo Neto, Saul António Gomes, Diana Martins, Margarida Contreiras, Catarina Rosa, Pedro Alexandre Gonçalves, Inês Olaia, Pedro Pinto, Carlos da Silva Moura, Filipe Alves Moreira, Miguel Aguiar, Maria Teresa Oliveira, Andreia Fontenete Louro, Miguel Portela, Rui Mendes, Ana Isabel Lopes

Carta de venda feita por Isaac Galego, filho de Bento Cid, a Gil Reinel, Miguel Reinel e Benta Reinel, de casas na judiaria de Lisboa (1308), p. 47

Sentença do Bispo de Coimbra na causa entre a Colegiada de São Bartolomeu e o Convento de Lorvão sobre a penhora de um saltério (1350), p. 49

Testamento de Maria do Porto, presa na cadeia do Rei (1366), p. 53

Carta de quitação dada pelos moradores da vila da Feira a João Rodrigues de Sá, camareiro-mor (1389), p. 55

Quitação da colheita de Manteigas (1398), p. 57

D. João I solicita ao Rei de Aragão a restituição da barca de Vasco Vicente [1405], p. 59

Carta de escambo do Rei D. João I com Gonçalo Vasques Coutinho, Marechal do Reino (1411), p. 61

Quitação da colheita de Manteigas (1417), p. 67

Quitação da colheita de Manteigas (1421), p. 69

- Carta de D. João I contendo traslado feito por Fernão Lopes de inquirição de D. Dinis acerca do julgado de Resende (1424), p. 71
- Quitação da colheita de Manteigas (1433), p. 75
- Carta do Rei D. Duarte à cidade de Barcelona, p. 77
- Carta de pagamento do Rei D. Duarte a D. Aldonça de Meneses (1437), p. 79
- Quitação da colheita de Manteigas (1446), p. 83
- Quitação dada pelo Corregedor Afonso Gil das contas do procurador da Câmara do Porto João Eanes relativas ao ano de 1443-1444 (1447), p. 85
- Quitação da colheita de Manteigas (1448), p. 89
- Quitação da colheita de Manteigas (1453), p. 91
- Carta de crença de Diogo Dias (1458), p. 93
- Quitação da colheita de Manteigas (1465), p. 95
- Quitação da colheita de Manteigas (1471), p. 97
- Quitação do jantar de Manteigas (1481), p. 99
- Auto da execução em efígie do Marquês de Montemor-o-Novo (1483), p. 101
- Carta de venda de oito alqueires de pão que faz Álvaro Gomes, estante na Ilha da Madeira, a Rui Mendes de Vasconcelos como administrador do Hospital de Figueiró dos Vinhos (1492), p. 103
- Carta de partilhas dos bens de Gonçalo Vaz de Castelo Branco (1493), p. 107
- Carta de armas concedida por Maximiliano I a Lopo de Calvos (1497), p. 117
- Carta de D. Manuel I a Miguel Pérez de Almazán, secretário do Rei de Castela e Aragão, sobre a saúde de seu filho D. Miguel (1499), p. 121
- Precedências do “Conde de Faro” sobre o Conde de Alcoutim [c. 1501-1510], p. 123
- Carta de D. Manuel I sobre a trasladação do túmulo do Conde D. Henrique (1509), p. 133
- Carta do Mestre de Santiago a Afonso Homem sobre a honra de Ovelha (1512), p. 135
- Mercê a Afonso Homem dos rendimentos do selo da chancelaria da comarca de Trás-os-Montes (1515), p. 137
- Ordem de construção de um hospital na vila de Mirandela (1515), p. 139
- Confirmação da mercê a Afonso Homem dos rendimentos do selo da chancelaria da comarca de Trás-os-Montes (1522), p. 141
- Carta do Padre Álvaro Rodrigues para D. João III sobre a doença da Imperatriz D. Isabel (1528), p. 143

Carta do Bacharel João Fernandes para D. João III sobre a doença da Imperatriz D. Isabel (1528), p. 145

Carta do Padre Álvaro Rodrigues para D. João III sobre a doença da Imperatriz D. Isabel (1528), p. 147

Nomeação de Pedro Martins como empreiteiro na obra do muro do castelo de Torre de Moncorvo (1536), p. 149

Carta de armas concedida por D. João III a João Pinto (1538), p. 151

Diligências para descargo da alma de D. Jorge de Melo, Bispo da Guarda (1549), p. 155

Auto de posse dos bens dos préstimos de Lamego (1552), p. 159

Carta de D. Catarina de Áustria a Diogo de Miranda sobre a saúde do Cardeal-Infante D. Henrique (1555), p. 163

Carta de Afonso Pestana, estante na Índia, a Francisco Fernandes, capelão do Conde de Tentúgal, narrando eventos na Índia relativos à expedição a Jafanapatão, entre outros [1562], p. 165

Carta de Afonso Pestana, estante na Índia, a Francisco Fernandes, capelão do Conde de Tentúgal, narrando eventos na Índia relativos à Inquisição, entre outros (1562), p. 169

Carta de D. Margarida de Sousa para a Rainha D. Catarina de Áustria (1563), p. 173

Relação do casamento do Duque de Bragança, D. João II, com D. Luísa Francisca de Gusmão (1633), p. 175

Escritura de fiança da renda do sal da vila de Avis (1682), p. 181

A obra dos pilares do dormitório do Colégio da Graça de Coimbra (1702), p. 185

Contrato do douramento do retábulo da capela-mor do Convento de Santa Ana em Coimbra (1711), p. 189

Contrato do douramento do retábulo do Nascimento da Igreja do Colégio de São Jerónimo de Coimbra (1713), p. 193

Escritura de compra e venda de um lagar de fazer vinho e adega na aldeia dos Francos de Santo António (1720), p. 197

Contrato de uma festa anual no Convento de S. Francisco de Coimbra (1745), p. 203

Estabelecimento da Irmandade de S. José na Igreja da Colegiada de Santa Justa em Coimbra (1752), p. 207

Contrato do negócio do descobrimento de minas no Reino de Portugal e dos Algarves (1758), p. 213

As rendas pertencentes à Mitra da cidade de Évora das vilas de Fronteira, Cabeço de Vide, Seda e Alter do Chão (1774), p. 217

Contrato para conclusão das obras na Igreja de Vale de Prazeres (1800), p. 219

Contrato da obra do cemitério da vila do Alcaide (1815), p. 223

Baixos-relevos maçónicos do artista Domingos António de Sequeira (1823), p. 227

Modelos do monumento do Rossio pelo artista Domingos António de Sequeira (1823), p. 229

Requerimento e deferimento para compra de penisco para arborização das dunas entre os rios Minho e Cávado (1888), p. 231

## ÍNDICE

Índice antroponímico e toponímico deste número, p. 237

LISBOA  
2020

# A CONSTRUÇÃO DO JARDIM BOTÂNICO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA AO TEMPO DO DIRETOR ANTÓNIO JOSÉ DAS NEVES E MELO (1814)

Guilhermina Mota

Professora aposentada da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

## Resumo

Este artigo publica um texto manuscrito redigido em 1814 pelo diretor do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, o lente de Filosofia Doutor António José das Neves e Melo. Trata-se de um relato em que o autor narra os acontecimentos, vicissitudes e dificuldades ocorridas durante as obras de construção do Jardim nos meses de junho e de julho desse ano, informando-nos ainda sobre as relações mais ou menos conflituosas existentes entre os diversos intervenientes nos trabalhos de edificação, como o Reitor da Universidade, D. Francisco de Lemos, o diretor do Jardim, o Administrador das Obras, o Arquiteto, os mestres e os trabalhadores. O texto de apresentação inclui um estudo biográfico e académico de António José das Neves e Melo, bem como um enquadramento histórico da construção do Jardim, com particular foco no período que o documento regista.

## Palavras-chave

Jardim Botânico da Universidade de Coimbra; Reforma Pombalina de 1772; Dom Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho; Doutor António José das Neves e Melo; Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra; trabalhos de construção

## Abstract

This paper presents a manuscript written in 1814 by the Director of the Botanic Garden of the University of Coimbra and Full Professor of Philosophy, António José das Neves e Melo. The document reports the events, woes, and difficulties involving the Garden's construction works during June and July. It also addresses the tensions between the construction agents (the University Dean, the construction manager, the architect, the masters of different trades, and the workers). Such tensions sometimes even rose into conflict. The introductory text includes a study on António José das Neves e Melo's personal and academic life, and a historical framework for the Garden's construction, with a closer focus on the period covered by the document.

## Keywords

University of Coimbra Botanical Garden; Pombaline Reform of 1772; Dom Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho; Doctor António José das Neves e Melo; University of Coimbra Philosophy Faculty; Construction Works

Artigo recebido em: 08.10.2020 | Artigo aprovado em: 03.12.2020

© *Fragmenta Historica* 8 (2020), (27-44). Reservados todos os direitos. ISSN 1647-6344



A Reforma da Universidade de Coimbra de 1772, instituída pelo Marquês de Pombal, tinha, como um dos seus principais desígnios, o desenvolvimento das áreas científicas histórico-naturais. Neste sentido, é criada a Faculdade de Filosofia destinada ao estudo, entre outras, de ciências como a Zoologia, a Mineralogia e a Botânica. Para melhor concretizar o estudo desta última área do saber, logo na redação dos Estatutos da Universidade de 1772 ficou prevista a construção de um jardim botânico para que os alunos pudessem fazer uma observação direta de plantas vivas e se não limitassem à análise de plantas secas. Também neles se dispôs de imediato que esse jardim deveria ser estabelecido em sítio próximo da Universidade e que nele se cultivasse todo o género de plantas, incluindo as dos domínios ultramarinos, mas com especial atenção às que tinham utilidade no exercício da medicina<sup>1</sup>.

Ficou encarregado de levar avante a grande reforma D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, Bispo de Coimbra e Reformador Reitor da Universidade, verdadeiro obreiro da Escola renovada, que imprimiu a sua marca nas edificações então realizadas e, entre elas, de forma decisiva, na do Jardim Botânico<sup>2</sup>.

Escolhido o local na cerca do Colégio de São Bento (mais tarde, alargado na cerca de São José dos Marianos e com um olival do Convento de Santa Ana), iniciou-se a construção do Jardim em 1773, a qual irá demorar longos anos, dilatando-se pela primeira metade do século seguinte. Essa lentidão

<sup>1</sup> *Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1972, Vol. III, pp. 242-243 e 266.

<sup>2</sup> O historial da construção do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra está feito de forma minuciosa por Júlio Augusto Henriques, lente de Botânica da Faculdade de Filosofia e diretor do Jardim (“O Jardim Botânico da Universidade de Coimbra”, in *O Instituto. Jornal Scientifico e Litterario*, Vol. 23, 2.ª série, Julho/Dezembro de 1876, pp. 14-22, 55-64, 107-117, 157-163, 216-221). Elementos iconográficos (plantas, riscos, mapas e projetos) sobre a construção do Jardim estão reunidos em Joana Brites, “Jardim Botânico da Universidade de Coimbra: de Vandelli a Júlio Henriques (177-1873)”, in *Arquivo Coimbrão*, N.º 39, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2006, pp. 11-60. Ver também Luís Paulo Ponte da Luz Martins de Sousa, *Jardim Botânico da Universidade de Coimbra: Introdução ao estudo da sua evolução*, Prova final de licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra: FCTUC, Arquitectura, 2001, policop.

explica-se em parte por ter decorrido numa época muito agitada da vida do país, marcada por forte instabilidade política e por devastadores momentos de guerra, que só virá a serenar depois de 1850, com a chamada Regeneração.

Mas essa demora ficará a dever-se também ao facto de se tratar de uma obra de considerável envergadura, que envolveu a transformação de uma área de terrenos muito vasta e com declives acentuados<sup>3</sup>, impôs a necessidade de algumas transações de bens fundiários e gastos avultados com material e mão de obra, que foram pesando de forma drástica nas finanças da Universidade.

Interrompidas por causa das Invasões Francesas, as tarefas de construção do Jardim foram retomadas em 1814, ficando a sua direção entregue ao lente da Faculdade de Filosofia Doutor António José das Neves e Melo<sup>4</sup>. Este já em 1807 havia estado delas encarregado, mas só depois da jubilação de Félix do Avelar Brotero, em 1811, pôde ser nomeado lente da cadeira de Botânica e de Agricultura e diretor efetivo do Jardim, e assim dirigir os trabalhos em curso, o que aconteceu em 1813.

Este professor, menos conhecido, e cuja intervenção na edificação do Jardim Botânico está muito esquecida – embora tivesse sido durante a sua direção, entre 1814 e 1821, que se realizaram, no entendimento de Júlio Henriques, «as obras mais importantes, que em todo o tempo se têm feito no Jardim»<sup>5</sup> –, deixou um pequeno caderno manuscrito<sup>6</sup>, onde foi registando apontamentos diversos relacionados com a vida do Jardim<sup>7</sup>.

<sup>3</sup> O desnivelamento do terreno obrigou à construção dos vários patamares do Jardim que se encontram ligados por escadarias.

<sup>4</sup> Sobre este professor, ver Júlio Augusto Henriques, “O Jardim Botânico ...”, pp. 109-112 e Joaquim Augusto Simeões de Carvalho, *Memoria historica da Faculdade de Philosophia*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, pp. 288-290.

<sup>5</sup> Júlio Augusto Henriques, “O Jardim Botânico ...”, p. 107.

<sup>6</sup> Caderno com capas e tira de fechar de pergaminho, de 14x10 cm, com 156 fólios, sem numeração (Arquivo de Botânica da Universidade de Coimbra [ABUC], *Caderno de Anotações do Dr. António José Neves e Melo (1808-1834)*). Agradeço ao Arquivo de Botânica da Universidade de Coimbra as boas condições de trabalho que me proporcionou.

<sup>7</sup> Esses apontamentos contêm referências bibliográficas, registo de plantas, de sementeiros e de vasos, efemérides, anotações e lembranças diversas.

Entre eles, conta-se um relato, redigido sob a forma de diário, que abarca os acontecimentos ocorridos nas obras desde o dia 13 de junho até ao dia 13 de julho de 1814<sup>8</sup>. Este documento, que agora me proponho publicar, abrange um lapso de tempo muito curto, apreensão instantânea de uma realidade que perdurou no tempo, mas documento valioso e pouco comum, porque permite uma aproximação aos aspectos banais da rotina quotidiana, espelhando as tensões e os conflitos que emergiam desse enorme estaleiro onde se movia uma multiplicidade de agentes com ideias, interesses e manifestações próprias e desencontradas. Permite, por outro lado, levantar a ponta do véu no universo das relações de trabalho nos inícios de oitocentos, definidas através da atuação dos capatazes para com os trabalhadores, homens e mulheres, sobretudo os mais humildes, como os serventes e os acarretadores de pedra, terra e entulho.

### Vida e carreira académica do Doutor António José das Neves e Melo

António José das Neves e Melo nasceu em Coimbra, na rua do Corvo, em 7 de abril de 1770<sup>9</sup>, quinto filho do alfaiate José António das Neves, natural da vila de Arganil, e de Mariana Antónia Joaquina, filha de um carpinteiro da cidade, da freguesia da Sé, morador na zona da Arregaça. O avô paterno era lavrador.

As origens familiares não lhe adivinhavam a posição social que alcançou, destino que certamente construiu com empenho e aplicação nos estudos. Matriculado em Filosofia em 1783, e em Matemática em 1784, formou-se como bacharel em 1789 e licenciou-se em 1790. Recebeu o grau de doutor em 26 de julho desse mesmo ano<sup>10</sup>, sucesso que seu pai ainda teve a oportunidade de testemunhar pois faleceu em junho de 1791<sup>11</sup>.

<sup>8</sup> Este relato perfaz 19 fólios [entre 78v e 97].

<sup>9</sup> Batizado a 11 de abril seguinte (Arquivo da Universidade de Coimbra [AUC], *Registros Paroquiais, Freguesia de Santa Cruz, Baptismos, 1764-1769* [sic], fól. 80v).

<sup>10</sup> Sobre a carreira académica de Neves e Melo, ver Manuel Augusto Rodrigues (dir.), *Memoria professorum Universitatis Conimbrigensis 1772-1937*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992, p. 283.

<sup>11</sup> AUC, *Registros Paroquiais, Freguesia de Santa Cruz, Óbitos, 1707-1795*, fól. 137v.

Casou-se em 1792, em dia incerto<sup>12</sup>, na Capela do Bordalo, da freguesia de Santa Cruz de Coimbra, com D. Maria Isabel de Lima e Oliveira, natural da cidade, da freguesia de Santa Justa, de 16 anos, moradora na rua de Tinge-Rodilhas, filha do escrivão dos Contos José de Oliveira, natural da Pedrulha, e de Maria Rosa de Lima, da freguesia da Sé.

Com a mulher criou uma família numerosa, pois teve 16 filhos. Todavia, à sua morte, em 1835, apenas sobreviviam sete, como se constata no inventário de bens então realizado<sup>13</sup>: o Dr. Adriano António, presbítero, José Maria, D. Matilde Augusta e D. Guilhermina Augusta, ambas solteiras, Adelino António, alferes de Ordenanças (que se veio a bacharelar em Medicina<sup>14</sup>), e as menores de idade, D. Maria Adelaide e D. Libânia Augusta (futura mãe do Visconde de Alvalade)<sup>15</sup>.

Vê-se pelos bens de raiz arrolados no referido inventário, um pequeno número de prédios rústicos, no valor de 825 mil réis, que não pouparia para largos investimentos, à imagem do que aconteceria com outros professores da Faculdade de Filosofia, cujos vencimentos, regalias

<sup>12</sup> A justificação de casamento, feita em 23 de março de 1819, por falta do competente registo, coloca-o entre os dias 20 de fevereiro e 19 de abril (AUC, *Registros Paroquiais, Freguesia de Santa Cruz, Casamentos, 1767-1812*, fól. 128).

<sup>13</sup> AUC, *Processos judiciais. Inventários. Sé Velha. Inventário Orfanológico do Doutor António José das Neves e Melo*, Maços N.º 2 e N.º 3. A realização de um inventário de bens era obrigatória quando o inventariado deixava herdeiros menores de idade, como aqui acontecia (*Ordenações Filiapinas*, liv. I, tit. LXXXVIII).

<sup>14</sup> Bacharelou-se em 1839, partindo então para a Índia e Macau para exercer funções de físico-mor. Casou-se com Domingas Carneiro de Melo, natural de Manila, de quem teve um filho, homónimo, nascido em 1846 no mar alto, por alturas da ilha de Santa Helena. Regressado a Portugal, vivia em Coimbra, onde foi médico, autor de várias obras e colecionador de antiguidades, de livros e de móveis raros. Reuniu uma biblioteca com 2153 livros, que foi a leilão em 1881, ano da sua morte (Jorge Peixoto, "Para a história do comércio do livro em Portugal: leilões em Coimbra no século XIX", in *Arquivo Coimbrão*, N.º 25, Coimbra, 1970, pp. 38-40).

<sup>15</sup> D. Libânia Augusta das Neves e Melo veio a casar-se com António Maria Ribeiro da Costa Holtreman, advogado em Lisboa, e foi mãe de Alfredo Augusto das Neves Holtreman, Visconde de Alvalade (Afonso Eduardo Martins Zúquete (dir.), *Nobreza de Portugal: Bibliografia, biografia, cronologia, filatelia, genealogia, heráldica, história, nobiliarquia, numismática*, Vol. II, Lisboa, Editorial Encyclopédia, 1960, pp. 264-265).



e privilégios eram inferiores aos dos teólogos e canonistas<sup>16</sup>. No entanto, o recheio da sua casa evidencia um certo nível de conforto e de bom gosto. O mobiliário inclui móveis de qualidade como um contador acharoado, um toucador, uma cômoda, mesas de jogo, canapés, para além das necessárias mesas, cadeiras, barras e baús, em boas madeiras de pau preto, vinhático, nogueira ou cerejeira, e ainda peças de luxo como um piano, um relógio de parede, um crucifixo de prata, um serviço de chá prateado, para além das louças, roupas, trem de cozinha, muitos quadros e imagens e, claro, a sua livraria, onde predominam obras de Botânica, de Química e de Medicina.

Não terá sido muito fácil a sua vida pessoal, a avaliar pela pressão que colocaria a gestão de um agregado familiar tão extenso e o sustento de tanta gente, assim como não poderia ter deixado de sentir a morte de nove filhos.

Fácil seguramente não foi a sua accidentada carreira profissional.

Entrou ao serviço da Universidade como demonstrador de Zoológia e de Mineralogia em 1791. Este lugar, criado com a Reforma de 1772 – o corpo docente previa agora, para além dos lentes, titulares e substitutos, preparadores e demonstradores –, destinava-se à prestação de auxílio direto nas aulas pela ilustração prática das lições dos lentes. Muitas vezes significava um primeiro patamar de uma carreira docente<sup>17</sup>, o que no seu caso se comprova. Passou à área de Botânica, primeiro como demonstrador (1799-1801), depois como substituto (1801-1813), tornando-se por fim lente titular (1813-1822). Em 1822, foi-lhe imposta a jubilação por Carta Régia de 12 de agosto.

<sup>16</sup> Manuel Alberto Carvalho Prata, “Ciência e sociedade: a Faculdade de Filosofia no período pombalino e pós-pombalino (1772-1820)”, in *Universidade(s): história, memória, perspectivas. Actas do Congresso “História da Universidade”*, Vol. 1, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1991, pp. 204-206.

<sup>17</sup> Fernando Taveira da Fonseca, “O Jardim Botânico no contexto da Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra (1772)”, in Werner Thielemann (ed.), *Século das Luzes: Portugal e Espanha, o Brasil e a região do Rio da Prata*, Frankfurt am Main, Teo Ferrer de Mesquita, 2006, p. 253. Este texto aponta as etapas construtivas do Jardim Botânico, mas atenta sobretudo na matriz científica e institucional que marcou a realização do mesmo.

O seu percurso académico foi assim interrompido abruptamente. A reforma não se ficou a dever a idade avançada ou a falta de saúde, mas a razões de ordem política. Terão sido as suas inclinações de pendor absolutista que comprometeram a sua permanência depois da Revolução de 1820. É provável mesmo que tivesse sido excluído do ensino logo nesse ano e que entre 1820 e 1822 tenha regido as cadeiras de Botânica e de Agricultura o lente substituto de Química Doutor José Homem de Figueiredo Freire<sup>18</sup>.

Os ventos não iam de feição para uma regular e tranquila cadência dos dias. Com as Invasões Napoleónicas, Neves e Melo experimentara já os primeiros abalos sérios. Alistou-se no Corpo de Voluntários Académicos, em 1808, onde defendeu a causa pátria, como tantos dos professores e alunos da Universidade. Acabou, porém, em 1810, por se ver acusado de colaboração com o exército francês, por ter sido nomeado juiz do crime de Coimbra durante a ocupação, e como tal foi preso numa leva para o Porto com os mais nomeados na ocasião da restauração da cidade<sup>19</sup> – é, pelo menos, o que afirma o Vice-Reitor da Universidade, o lente de Leis Francisco António Montanha, ao justificar a nomeação do lente de Química Tomé Rodrigues Sobral para a Inspeção do Jardim Botânico<sup>20</sup>. Não procedeu a acusação, ou foi dela absolvido, uma vez que regressou à sua Faculdade, vindo mesmo a ser indicado pelo corpo universitário para o cargo de vereador na Câmara de Coimbra, em 1816, cargo de prestígio da instituição<sup>21</sup>.

<sup>18</sup> Como sugere Abílio Fernandes, “História do ensino da Botânica em Portugal”, in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Ciências*, Tomo 21, Lisboa, 1980, pp. 221-222.

<sup>19</sup> O mesmo aconteceu ao lente de Cânones José Inácio da Rocha Peniz, major do mesmo Corpo de Voluntários, também preso em 1810 sob a mesma acusação de cooperação com o inimigo. Este professor faleceu na Cadeia da Relação do Porto e só em 1812 foi proferida sentença a favor da sua memória (Manuel Augusto Rodrigues (dir.), *Memoria professorum Universitatis Conimbrigensis 1772-1937*, pp. 98-99. M. Lopes de Almeida, *Subsídios para a história da Universidade de Coimbra e do seu Corpo Académico (1801-1821)*, Coimbra, [s. n.], 1966, p. 49).

<sup>20</sup> Mário Brandão, *Um documento acerca dos prejuízos causados à Universidade pela Terceira Invasão Francesa*, Coimbra, Publicações do Arquivo e Museu de Arte da Universidade de Coimbra, 1938, pp. 41-42.

<sup>21</sup> A Universidade dispunha na época do direito de integrar as vereações camarárias em Coimbra, privilégio que



Inconformado com a sua aposentação compulsiva, Neves e Melo pediu logo em 1823 para ser readmitido ao serviço da Universidade<sup>22</sup>. Essa petição foi deferida, por Carta Régia de 26 de agosto de 1825, que determinou que ele fosse provido interinamente na Cadeira de Botânica e Agricultura, atendendo aos vastos conhecimentos que possuía. Porém, com a ressalva (Despacho de 1 de setembro de 1825) de que o seu acesso aos lugares superiores da Faculdade ficava a depender das provas que desse no desempenho zeloso das suas obrigações<sup>23</sup>. Condição esta que não satisfaria completamente os seus desejos.

Com a chegada de D. Miguel a Lisboa, em fevereiro de 1828, altera-se a situação política no país. A Universidade resolveu enviar de imediato uma deputação à capital para felicitar o infante regente, encabeçada pelo Vice-Reitor, António Pinheiro de Azevedo e Silva, a qual partiu de Coimbra no dia 12 de março. Dias depois, seguiu uma delegação do Cabido da Sé Catedral, à frente da qual seguia o Deão António de Brito e Castro de Figueiredo e Melo da Costa, a cuja comitiva se juntaram alguns lentes e, entre eles, o Doutor António José das Neves e Melo. Fazia-o por convicção política, com certeza, mas também, possivelmente, por ver nessa diligência uma hipótese de vir a modificar a sua situação de professor interino<sup>24</sup>. Com ele seguia seu filho António Augusto das Neves e Melo, sextanista de Medicina<sup>25</sup>. O que ocorreu com esta delegação é episódio conhecido. Perto de Condeixa, no dia

fora concedido pelo rei D. João III (Sérgio Cunha Soares, *Os vereadores da Universidade na Câmara de Coimbra (1640-1777)*, Sep. *Revista Portuguesa de História*, Tomo 26, Coimbra, 1991, pp. 45-80).

<sup>22</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT], *Ministério do Reino*, mç. 508, cx. 632.

<sup>23</sup> ANTT, *Ministério do Reino*, Liv. 443, fóls. 29-30.

<sup>24</sup> Foi lente de Botânica e de Agricultura, entre 1822 e 1826, o Doutor José de Sá Ferreira dos Santos do Vale e lente substituto, entre 1822 e 1830, o Doutor João Pedro Correia de Campos, ambos professores da Faculdade de Filosofia (Abílio Fernandes, "História do ensino da Botânica em Portugal", pp. 222-223; Manuel Augusto Rodrigues (dir.), *Memoria professorum Universitatis Conimbrigensis 1772-1937*, pp. 277 e 290).

<sup>25</sup> António Augusto das Neves e Melo apresentará a sua dissertação inaugural na Faculdade de Medicina em 29 de maio de 1830 (*Exposição de manuscritos e livros impressos dos séculos XV a XVIII*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1957, p. 89). Não terá vivido muitos anos mais, pois o seu nome não consta no inventário orfanológico organizado quando o pai faleceu.

18 de março de 1828, um grupo designado como "Divodignos" assassinou dois professores da Universidade, o lente de Medicina Jerónimo Joaquim de Figueiredo e o lente de Cânones Mateus de Sousa Coutinho, e feriu outros elementos do séquito. Neves e Melo saiu ileso, assim como o seu filho<sup>26</sup>, que logo em junho integrava um corpo de estudantes absolutistas que se bateu com as forças liberais na Cruz dos Morouços<sup>27</sup>.

Ultrapassada a aflição, e confiante na simpatia que demonstrara pelo regime em vigor, Neves e Melo tentou depois o ingresso noutra instituição. Em novembro desse mesmo ano de 1828, requereu o lugar de diretor do Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda, fundamentando o pedido no Decreto de 1811 que determinara que «entre os dous Estabelecimentos de Coimbra e Lisboa houvesse dali ao diante huma só correspondencia, unidade e acesso», e manifestando que ele tinha sido diretor do Jardim Botânico da Universidade<sup>28</sup>.

Não conseguiu o que pretendia, mas o novo regime acabará por lhe ser favorável, uma vez que será reintegrado como 1.º lente de Botânica por Carta Régia de 31 de julho de 1830. Durante o período legitimista, foi diretor interino do Jardim Botânico, diretor da Faculdade de Filosofia (fara secretário da mesma em 1791, em princípio de carreira) e voltou a ser vereador na Câmara de Coimbra pela Universidade nos anos de 1832-1834. Neste último ano, com a vitória das forças liberais, foi definitivamente afastado.

Morreu em 29 de janeiro de 1835, com 64 anos de idade, ficando sepultado na Igreja de São João de Santa Cruz<sup>29</sup>. Era comendador da Ordem de Cristo e sócio do Instituto de Coimbra. Residia aos Arcos de Santa Ana, junto ao jardim que tanto prezava.

Gravitou toda a sua vida em volta do Paço das Escolas, o que até pela escolha dos padrinhos dos

<sup>26</sup> Joaquim Martins de Carvalho, *Apontamentos para a Historia Contemporanea*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1868, pp. 93-103.

<sup>27</sup> Francisco Augusto Martins de Carvalho, *Algumas horas na minha livraria: artigos, notas e apontamentos colligidos por [...]*, Coimbra, Imprensa Académica, 1910, pp. 66-67.

<sup>28</sup> João Carlos Pires Brigola, *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no séc. XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003, p. 361.

<sup>29</sup> AUC, *Registros Paroquiais, Freguesia de Santa Cruz, Óbitos*, 1822-1839, fól. 85v.



filhos se revela. A escolha recaiu quase sempre em professores, caso de Mariano José de Sarre e Almeida, lente de Teologia (em 1794), de José Caetano da Silva, lente de Cânones (padrinho de quatro crianças, em 1811 (gêmeos), 1813 e 1816), de José Monteiro da Rocha, lente de Matemática e Vice-Reitor da Universidade (em 1801), de Félix do Avelar Brotero, lente de Filosofia, (padrinho por três vezes, em 1799, 1803 e 1805), ou dos próprios Reitores, D. Francisco Rafael de Castro e D. Francisco de Lemos (ambos duas vezes padrinhos, em 1793, 1798, 1802 e 1806)<sup>30</sup>.

Predileção pela cátedra que a viúva em 1835 não mostrou compartilhar, pois não indicou para o Conselho de Família, patente no Inventário Ofanológico então organizado, e não havendo parentes, qualquer pessoa relacionada com a Universidade.

### Ação do Doutor António José das Neves e Melo na Universidade de Coimbra

Com a saída de Domingos Vandelli, que iniciara a organização do Jardim Botânico em 1774, foi convidado para reger a cadeira de Botânica, e ficar à testa do Jardim, Félix do Avelar Brotero, sendo incorporado como doutor na Faculdade de Filosofia em 1791. No cargo se manteve até 1811, ano em que foi nomeado diretor do Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda<sup>31</sup>.

Vê-se assim que o início do magistério de Neves e Melo coincide com a chegada de Brotero a Coimbra. Este professor irá tomá-lo sob a sua proteção, e ele irá considerá-lo seu mentor, cultivando a sua amizade e acompanhando-o nas frequentes herborizações que o lente fazia para exercitar os alunos. A boa relação e parceria intelectual estão bem refletidas na colaboração de Neves e Melo na composição da *Flora lusitanica*, obra maior de Brotero, colaboração muito honrosa para o discípulo, mas só possível por o mestre nele depositar inteira confiança. É o próprio Brotero que, no prefácio, agradece ao «preclaris-

<sup>30</sup> Dados colhidos nos Registos de Batismo da cidade de Coimbra, nas freguesias de Santa Justa, Santa Cruz, Salvador, São João de Almedina, São Pedro e Sé, pois a família mudou muitas vezes de domicílio.

<sup>31</sup> Sobre estes professores, ver Abílio Fernandes, "História do ensino da Botânica em Portugal", pp. 210-219 e 243-247.

simo e intelligentíssimo» António José das Neves o ter-lhe comunicado as «interessantes observações que havia accuradamente colligido», assim como o valioso auxílio prestado na coordenação dos seus escritos<sup>32</sup>.

Apesar de tão prometedores começos, Neves e Melo nem sempre viu reconhecidos todos esses bons predicados. Foi, a dado passo, alvo de críticas violentas que visavam a sua regência da disciplina de Botânica e a sua ação enquanto diretor do Jardim. O próprio Brotero lhe desferiu um duro ataque, numa exposição apresentada ao Reitor da Universidade em 1816<sup>33</sup>.

Talvez essas críticas não tivessem inteira razão. Os seus méritos como professor são enaltecidos, por exemplo, por Adrien Balbi<sup>34</sup>, que o julgava um digno sucessor do grande Brotero, e as suas qualidades pedagógicas lembradas por muitos, ao falarem nas brilhantes preleções que proferia<sup>35</sup>. É verdade que não redigiu um novo compêndio para as cadeiras que lecionava, redação que os novos Estatutos impunham<sup>36</sup> – sobretudo nas áreas das ciências da natureza, com a obrigação de neles incorporarem os avanços da ciência, próprios ou alheios<sup>37</sup> –, mas criou textos para uso nas aulas, embora tivessem restado manuscritos. Outros trabalhos seus ficaram igualmente por publicar e até mesmo por concluir, o que Júlio Henriques atribui aos muitos afazeres com a direção do Jardim, frisando, contudo, que as suas obras impressas revelavam bem o domínio que possuía sobre a ciência que cultivava e a perfeição e elegância da sua escrita. Mesmo durante a jubilação compulsiva se manteve ativo, ela-

<sup>32</sup> Joaquim Augusto Simões de Carvalho, *Memoria histórica...*, p. 289.

<sup>33</sup> Publicada no jornal *O Conimbricense*, N.º 2574 e N.º 2575, Coimbra, 26 e 30 de março de 1872. Em 1885 o neto, Dr. Adelino António das Neves e Melo, escreveu uma carta em defesa da memória de seu avô, publicada em *O Conimbricense*, N.º 3917, Coimbra, 7 de março de 1885 (Francisco Augusto Martins de Carvalho, *Algumas horas na minha livraria...*, p. 264).

<sup>34</sup> Na obra *Essai statistique sur le royaume de Portugal* (Joaquim Augusto Simões de Carvalho, *Memoria histórica...*, p. 288).

<sup>35</sup> Joaquim Augusto Simões de Carvalho, *Memoria histórica...*, pp. 288-289.

<sup>36</sup> Obrigação que muito poucos professores cumpriram, sendo assunto discutido repetidamente em congregações da Faculdade de Filosofia.

<sup>37</sup> Fernando Taveira da Fonseca, "O Jardim Botânico...", p. 253.

borando em 1823 duas memórias, uma sobre a ipecacuanha e outra sobre o amendoim, e uma obra dirigida ao Marquês de Palmela sobre a introdução de novas espécies de pinheiros em Portugal<sup>38</sup>.

E se alguma razão haverá na avaliação da sua deficiente administração do Jardim Botânico no que toca à parte científica – degradação a que não seriam alheios os tempos conturbados que se viviam e a falta de recursos em dinheiro e em pessoal<sup>39</sup> –, embora tivesse enriquecido a flora do estabelecimento com muitos exemplares<sup>40</sup>, tal não aconteceu quanto à parte material, que atingiu nessa época o máximo desenvolvimento. As críticas tinham então na mira sobretudo o Reitor da Universidade, por se concentrar mais no «sumptuoso aparato e magnificência» do Jardim e no embelezamento dos muros e gradeamentos do que com a sua boa organização, atendendo à função a que inicialmente se propusera<sup>41</sup>. E, dizia-se, isso era tanto mais grave quanto se chegava a pôr em causa, com os gastos nas obras, os vencimentos dos professores e as contas das outras repartições da Escola.

O grandioso plano idealizado por Vandelli e Dalla-Bella havia sido rejeitado por Pombal, por ser muito dispendioso, explicitando o Marquês, em simultâneo com a recusa, a sua noção de jardim botânico: um pequeno recinto, cercado de muros, adaptado ao cultivo de um certo número de ervas medicinais para uso da Faculdade de Medicina; não tinha que se ocupar com quaisquer outras ervas, arbustos e árvores das diversas partes do mundo, o que mais não era que uma «curiosidade viciosa e transcendentemente dos sequazes de Linneu»<sup>42</sup>.

Os trabalhos começaram assim de forma modesta. Durante o primeiro reitorado (1770-1779), D. Francisco de Lemos teve de se conformar com as diretivas do poderoso ministro, mas quando

regressou para o segundo mandato (1799-1821), mais liberto dos constrangimentos passados, deu largas aos seus ideais na arquitetura e ornamentação do Jardim.

A visão redutora de Sebastião José de Carvalho e Melo, que menorizara a ciência em nome de conveniências «dos utilitários e materialistas» e que traçara um destino «mesquinho»<sup>43</sup> ao Jardim como mero horto de uso medicinal, não vai ser seguida pelo Bispo Reformador que em 1807 repensa a construção do Jardim, manda levantar uma nova planta – existem duas plantas conhecidas com essa data, uma assinada por «Couto e Neves» e a outra só por «Couto»<sup>44</sup> –, e consulta Brotero que giza um novo plano para que a Universidade tivesse um estabelecimento condigno e ajustado aos requisitos da ciência Botânica<sup>45</sup>.

É este plano que em 1814 é retomado, sob a responsabilidade do diretor do Jardim, sendo nos anos seguintes edificada a grande e majestosa gradaria assente em pilares de cantaria que resguarda o jardim, os três terraplenos entre a rua central e a superior, começada a mata e mais ou menos preparado o lugar da escola de plantas medicinais<sup>46</sup>. E, embora construído anos mais tarde, também ficou já aprovado em 1818 o projeto do portão principal do Jardim, de autoria de José do Couto dos Santos Leal<sup>47</sup>.

<sup>38</sup> Na apreciação de Antonino José Rodrigues Vidal, diretor do Jardim Botânico da Universidade em 1772 (Joaquim Augusto Simões de Carvalho, *Memoria historica...*, p. 243).

<sup>39</sup> Ver as plantas em Fernando Taveira da Fonseca, «O Jardim Botânico...», p. 265 e Joana Brites, «Jardim Botânico...», pp. 41 e 44. José do Couto dos Santos Leal, no currículo que apresentou para requerer o lugar de Arquiteto das Obras da Universidade em 1824, refere ter feito obra para a Academia, «debaixo do preceito de arquitecto», «já nas obras do Jardim Botânico, que existio the que se mandarão parar, já em fazer toda a planta deste grande edificio» (Maria Luísa Trindade, «José do Couto: arquitecto titular da Universidade de Coimbra: 1824-1829», in *Actas do Colóquio “A Universidade e a Arte: 1290-1990”*, Coimbra, Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993, pp. 51-52, 67). Neves e Melo refere no relato agora transscrito uma outra planta sua, que não é conhecida.

<sup>40</sup> Júlio Augusto Henriques, «O Jardim Botânico...», pp. 57-59.

<sup>41</sup> Júlio Augusto Henriques, «O Jardim Botânico...», pp. 107-108.

<sup>42</sup> Documento em que se pode ler: «Aprovado este Pórtico pelo III.mo Senhor Bispo Conde em 10 de maio de 1818 para se executar. Dr. Neves» (Maria Luísa Trindade, «José do Couto...», p. 68).

<sup>38</sup> Segundo informação de Júlio Augusto Henriques («O Jardim Botânico...», p. 112).

<sup>39</sup> Abílio Fernandes, «História do ensino da Botânica em Portugal», p. 220.

<sup>40</sup> Joaquim Augusto Simões de Carvalho, *Memoria historica...*, p. 289.

<sup>41</sup> Maria Eduarda Cruzeiro, «A Reforma pombalina da Universidade», in *Análise Social*, N.º 24 (100), 1988 (1.º), p. 200.

<sup>42</sup> Joaquim Augusto Simões de Carvalho, *Memoria historica...*, p. 235.



## Os dias, os trabalhos e as pessoas da obra

Do relato escrito por Neves e Melo transparece a existência de uma enorme tensão entre ele e o Bispo de Coimbra e Reitor da Universidade, D. Francisco de Lemos. As desinteligências sobre o alinhamento a seguir na construção do Jardim surgiram logo no primeiro dia em que ela foi reiniciada. O lente de Botânica tinha como guião, acordado com o Reitor, o plano traçado em 1807, no tempo de Brotero, e via agora, e sem ser previamente consultado, levar à prática novas resoluções, assumidas pelo Administrador das Obras da Universidade. Sentiu-se, por isso, ofendido na sua dignidade de lente da Faculdade de Filosofia e desautorizado como diretor do Jardim, acreditando que a sobranceria do Administrador só se podia compreender estando ele bem respaldado no apoio do Reitor.

Como professor e como diretor do Jardim, pensava que a ele cabia não só o direito de definir a regência da disciplina, mas também a prerrogativa de dirigir efetivamente as obras em curso. Para ele, aquela construção não era uma qualquer obra de arquitetura, mas sim uma obra destinada ao plantio de um horto botânico e, como diz em palavras bem assertivas, «hum Jardim Botanico não he edificação de Architectura só, e o menos que tem he Architectura». Na sua perspetiva, o que mais importava para a criação de um espaço destinado a albergar plantas era o próprio conhecimento sobre elas, o que relevava do saber de um botânico e não da arte de um arquiteto.

O Reitor via no Jardim uma via de afirmação do seu poder de realização, a oportunidade de concretizar uma obra monumental, de indiscutível qualidade artística, selando assim a sua passagem pela história da instituição. Dedicava, por isso, uma grande atenção à execução do seu projeto no terreno, deslocando-se ao jardim com frequência, tratava diretamente com os mestres das obras, ignorando a posição do diretor e lançando uma enorme confusão de ordens e contr-ordens.

Na percepção de Neves e Melo, o comportamento do Bispo, com todas as desconsiderações que lhe fazia, tinha como objetivo desgostá-lo e levá-lo a afastar-se, como havia feito com Brotero<sup>48</sup>, pois

<sup>48</sup> De facto, a existência de divergências tinham levado o Reitor a prescindir da colaboração de Brotero, então di-

queria ser só ele a orientar uma obra de que não entendia e que por capricho queria adiantar ao seu modo sem consultar ninguém. Esta conjectura de Neves e Melo não parece ajustar-se ao juízo que o Reitor da Universidade expressa sobre ele, em 1814, quando lhe entrega a direção das obras, ao salientar a sua experiência na matéria e o zelo que sempre manifestara ter pela Escola. E também não parece de acordo com a decisão que o Reitor tomou, no ano seguinte, de mandar dar-lhe 300 mil réis de gratificação pela forma como dirigia os trabalhos de construção do Jardim, «com muita inteligência, economia e actividade»<sup>49</sup>.

Ao longo de um mês vemos evoluir uma contínua fricção entre ele e os diversos protagonistas que intervêm nas obras. Penso que isso deriva em parte de existirem atribuições sobrepostas, não ficando bem definidos os respetivos papéis. No início da Reforma Pombalina, em 1773, para alcançar uma maior eficácia na realização dos trabalhos de construção, houve o cuidado de fixar um *Regimento das Obras da Universidade*<sup>50</sup>. Esse Regimento definia as competências e obrigações do administrador das obras, do recebedor, do arquiteto, dos mestres, dos apontadores. Mas nada se dizia sobre a forma de articular todas elas com as dos diretores e professores da Universidade e não se estipulava uma relação hierárquica. Essa indefinição contribuiu para o surgimento dos conflitos entre o diretor do Jardim e o pessoal do estaleiro.

Pelo referido *Regimento*, estava à cabeça o Administrador das Obras da Universidade que era, pelo menos desde 1798, o Bacharel Bernardo Alexandre Leal<sup>51</sup>, homem bem aparentado na ci-

---

retor do Jardim, ficando este «profundamente melindrado» (Abílio Fernandes, “Contribuições mais relevantes da Universidade de Coimbra para o conhecimento da flora de Portugal e das ex-colónias”, in *Universidade(s): história, memória, perspectivas. Actas do Congresso História da Universidade*, Vol. 4, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1991, p. 145).

<sup>49</sup> Júlio Augusto Henriques, “O Jardim Botânico...”, p. 109.

<sup>50</sup> Publicado por Pedro Dias (“O Regimento das Obras da Universidade de Coimbra ao tempo da Reforma Pombalina”, in *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, N.º 6, Coimbra, 1984, pp. 335-348).

<sup>51</sup> Lurdes Craveiro, *Manuel Alves Macombo: Arquitecto da Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990, p. 87.



dade, sobrinho do lente de Medicina António de Carvalho e Brito e primo do desembargador da Relação do Porto Luís Gonzaga de Carvalho e Brito, que fora opositor em Cânones e juiz do crime de Coimbra<sup>52</sup>. Quando este último, em 1794, lhe passou procuração para fazer uma escritura de aforamento de umas casas na cidade, Bernardo Alexandre Leal aparece ainda designado como «subalterno da Livraria da Universidade»<sup>53</sup>.

Ao Administrador cabia providenciar os materiais e os equipamentos, prover a gente precisa para o trabalho, avaliar do seu merecimento, tratar do pagamento dos salários e gerir todas as despesas. Devia vigiar as obras de perto, com presença constante, sempre ao corrente do estado em que se encontravam, para poder intervir quando necessário. Seria esta sua última obrigação, mais vaga em termos práticos, a causar os choques repetidos com o diretor do Jardim.

Mas o Administrador entraria também em choque com o Conservador da Universidade que se intrometia na gestão do pessoal das obras, dando ordens e recrutando quem entendia, o que era função do Administrador. Era o Conservador, em 1814, o Doutor Fernando Luís Pereira de Souza Barradas, que foi desembargador dos Agravos da Casa da Suplicação e que veio a ser Ministro da Justiça. Fora juiz de fora de Portel, nomeado em 9 de setembro de 1784 e, depois, em 8 de julho de 1792, juiz de fora da vila de Arganil, lugar criado de novo atendendo a proposta feita pelo Bispo de Coimbra, que era também, como se sabe, Conde de Arganil<sup>54</sup>.

Sobressai também no relato de Neves e Melo um forte antagonismo com o Arquiteto das Obras da Universidade que dizia ter um novo Regimento, dado pelo Reitor, que o colocava numa posição cimeira de comando. O arquiteto era Joaquim José de Miranda, que já estava no cargo em novembro de 1812 quando, na qualidade de lou-

vado do Senado da Câmara, fez uma avaliação de prédios na cidade<sup>55</sup>. Fora contratado pouco tempo antes, uma vez que Manuel Alves Macomboa, vindo para Coimbra para as obras da Universidade em 1773, só em janeiro de 1812, já velho, doente e cansado, ficara desligado do seu contrato com a instituição<sup>56</sup>. Ao contrário dos arquitetos Guilherme Elsden, José Carlos Magne, Macomboa, José do Couto dos Santos Leal<sup>57</sup>, que são reconhecidos por obra feita na Universidade, Miranda permanece, segundo penso, como um nome mais obscuro. Tanto quanto sei, fez o projeto para a instalação de canos de abastecimento de água à Cadeia da Portagem em 1813<sup>58</sup>. No conjunto de atribuições que aos arquitetos competiam, segundo o *Regimento das Obras da Universidade*, a ele só terá pertencido a vigilância da execução da obra, pois não terá participado nem na conceção, nem no desenho da planta, que estavam previamente decididos. Neves e Melo traça dele um retrato muito negativo, como pessoa prepotente, arrogante, profissionalmente incompetente, pois não sabia fazer cálculos, como o teria demonstrado no levantamento dos parterres<sup>59</sup>, pouco honesto ao querer apropriar-se da autoria do risco do jardim que ele próprio havia delineado. A planta a que se refere nesta passagem fora riscada por ele em 1807-1808 e continha as medidas, alçados e orientações de todo o Jardim já fundado e por fundar.

Muitos dos artistas que constituíam as equipas de trabalho estavam há muito ao serviço da Universidade. É o caso de António Baptista Freire, mestre carpinteiro, e depois mestre de obras,

<sup>52</sup> Luís de São Bento; António Soares, *Memorial de ministros: Catálogo alfabético dos ministros de letras*, Estudo e transcrição de Nuno Camarinhas, Vol. 2, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2017, p. 1272. Manuel Augusto Rodrigues (dir.), *Memoria professorum Universitatis Conimbrigensis 1290-1772*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 2003, p. 149.

<sup>53</sup> AUC, *Universidade de Coimbra, Casas da Universidade, Rua dos Estudos*, Maço N.º 12.

<sup>54</sup> Luís de São Bento; António Soares, *Memorial de ministros...*, Vol. 1, 2017, p. 555.

<sup>55</sup> Arquivo Histórico Municipal de Coimbra [AHMC], *Eleições Militares*, Tomo V, 1805-1814, fóls. 237-240.

<sup>56</sup> Lurdes Craveiro, *Manuel Alves Macomboa...*, pp. 54 e 61-63.

<sup>57</sup> Só foi nomeado arquiteto das Obras da Universidade em 1824, mas já antes disso trabalhara nelas. Chegou à cidade de Coimbra por volta de 1780 e foi logo integrado nas obras da Universidade, sendo depois arquiteto do Mosteiro de Santa Cruz (Maria Luísa Trindade, “José do Couto...”, pp. 52-54).

<sup>58</sup> Pode ver-se a respetiva planta, assinada e datada de 7 de abril de 1813, em Marta Coelho de Macedo, “Coimbra na segunda metade do século XIX. A materialização dos avanços técnicos dos inícios da modernidade”, in *Evolução do espaço físico de Coimbra. Exposição*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2006, pp. 46-47.

<sup>59</sup> Canteiros plantados em jardins, em superfície plana, delimitados por sebes baixas ou muretes de pedra, rodeados de alamedas de passeio.



que operou diversas vezes em conjunto com Macomboa. Já está no terreiro da Reforma em 1782, trabalhando na Capela de São Miguel, na tribuna real, arremata em 1784 a obra de cobertura do telhado nas novas cozinhas do paço reitoral, a partir de apontamentos fornecidos pelo referido mestre, e nele se mantém, pois entre 1786 e 1790 contrata a obra de carpintaria e de pedaria da Imprensa da Universidade e em 1791 está ocupado no Observatório Astronómico. Não era, em 1814, a primeira vez que passava pela obra do Jardim. Em 1798, juntamente com o mestre Macomboa, tratara da construção das redes subterrâneas, do encanamento e condução das águas para o Jardim<sup>60</sup>.

E é também o caso de Pedro José Leal, mestre serralheiro, filho de Caetano Leal, mestre do mesmo ofício e que fora também empregado nas obras da Universidade. Pedro Leal, em 1791, contratara obra de serralharia para o Colégio das Artes e para o Observatório, em 1792 arrematara as ferragens para as portas e janelas, em 1798 para umas estantes da Livraria e para os painéis da Capela, assim como a feitura de uma porta de ferro para o Claustro de baixo das Aulas e em 1800 ferragens para armários do Observatório<sup>61</sup>. Era homem bem-visto, pois foi eleito por várias vezes juiz e alferes da bandeira da sua corporação entre 1786 e 1811 e foi escrivão do ofício em 1822<sup>62</sup>, momento em que ainda está em atividade, morando na rua do Cabido<sup>63</sup>. Não foi imune à passagem das tropas invasoras pela cidade, lamentando-se em agosto de 1812 de ter visto roubada toda a sua casa, «que nem um só instrumento da oficina lhe ficara», de tal modo que para aceitar obra tinha de pedir para o fazer em oficina alheia – deste modo justificou a situação de necessidade que o levou a solicitar o Auxílio Britânico, pelo qual a mulher e a filha receberam 16 côvados de chita<sup>64</sup>.

<sup>60</sup> Lurdes Craveiro, *Manuel Alves Macomboa...*, pp. 12, 13, 27, 28, 30, 35-37 e 40.

<sup>61</sup> Lurdes Craveiro, *Manuel Alves Macomboa...*, pp. 13, 14, 27-28 e 67.

<sup>62</sup> AHMC, *Corporações dos Ofícios, Serralheiros, 1739-1829*, fóls. 52, 60-61v, 67, 101-101v e 114-114v.

<sup>63</sup> AHMC, *Chefes de Família, Freguesia da Sé de Coimbra, 1822*.

<sup>64</sup> AUC, *Fundo Belizário Pimenta, Invasões Francesas, Subsídio Britânico, Freguesia de São Cristóvão*, Caixa 4, N.º 329.

Também o empreiteiro José de Carvalho, mestre pedreiro, já em 1778, em conjunto com Macomboa, trabalhara na planta baixa dos Paços da Universidade e em 1781 arrematara obra de cantaria para o claustro dos Gerais, para a Capela e para o Portal da entrada com o seu varandim<sup>65</sup>. Em 1808 interveio também na obra de cantaria no Jardim, sob as ordens de Neves e Melo<sup>66</sup>. Foi ainda mestre nas obras do Observatório, segundo o relato que transcrevo, o qual informa ainda que o Reitor o mandara chamar para a obra do Jardim, estando ele em Viseu. Era natural de Portunhos e casou-se em 1819 com a filha de um tecelão que morava no bairro de Santa Ana, ou seja, junto do Jardim. Este mestre era cioso da sua autonomia e poder de decisão o que gerou frequentes querelas com o arquiteto. Neves e Melo não faz uma avaliação positiva do seu desempenho, alegando que faz “asneiras” e atrasa o serviço para ganhar tempo e dias de jornal.

Uma das pessoas com quem o lente de Botânica entrou em litígio de imediato foi com o Apontador das Obras da Universidade, Bento Ferreira Rainho. A ligação deste empreiteiro – que fazia parte de uma família de artífices da freguesia de São Martinho do Bispo – às construções universitárias vinha de trás, pois era já mestre de obras da Universidade em 1807<sup>67</sup>. Continuará na equipa do arquiteto José do Couto dos Santos Leal depois de 1824<sup>68</sup>.

O Apontador, segundo a alínea respetiva do *Regimento das Obras da Universidade*, tinha como principal ofício vigiar o trabalho de toda a gente (mestres, oficiais e serventes), circulando continuamente por todas as estâncias da obra, observando, «excitando os morozos, reprehendendo os negligentes, e louvando os diligentes e cuida-

<sup>65</sup> Lurdes Craveiro, *Manuel Alves Macomboa...*, pp. 14-15 e 20. Mariana Mora, “Os projectos de remodelação do Paço das Escolas, ao tempo da Reforma Pombalina”, in *Actas do Colóquio “A Universidade e a Arte...”*, pp. 154-155.

<sup>66</sup> Maria Teresa Cardoso Duarte, “Alguns dados acerca da construção do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra”, in *Actas do Colóquio “A Universidade e a Arte...”*, p. 433.

<sup>67</sup> Maria Teresa Cardoso Duarte, “Alguns dados acerca da construção do Jardim Botânico...”, p. 433. Bento Rainho continuava mestre das obras da Universidade em 1811 (Mário Brandão, *Um documento acerca dos prejuízos...*, p. 26).

<sup>68</sup> Maria Luísa Trindade, “José do Couto...”, p. 53.

dosos»<sup>69</sup>, atribuindo a classificação de Bom, Suficiente e Mau conforme o procedimento de cada um. Dessa classificação dependia o pagamento do salário, que podia ser cortado em parte, e a manutenção do posto de trabalho. Compreende-se assim o grande poder que este homem tinha sobre os trabalhadores, que se achava mesmo no direito de insultar da forma mais injuriosa as serventes mulheres, andando com uma palmatória para castigar os rapazes e as raparigas dos carretos, chegando ao ponto de os maltratar com pancadas, e enfrentando com insolência o diretor do Jardim, quando este o admoestava. E a sua atuação mostra uma grande desumanidade, quando, a uma mulher, mãe de um rapaz que trabalhava na obra, e que se apresentou a pedir emprego, respondeu que só o faria se ela ficasse em lugar do filho que seria despedido. Ao sabê-lo, e sentindo-se indignado, o próprio diretor do Jardim a irá ajustar, pagando-lhe à sua custa.

O Jardim Botânico da Universidade de Coimbra foi a obra que mais tempo levou a ser concluída dentro das que foram propostas pelo programa da Reforma Pombalina de 1772. Esta demora deixa perceber a magnitude do empreendimento e sublinha as dificuldades de que se reveste a edificação de um grande jardim.

A descrição do Jardim em construção, feita pelo seu diretor, no primeiro mês de trabalho depois da retoma, em 1814, e que agora publico, esclarece-nos sobre os problemas que se fariam sentir no terreno quando se procedia a obras desta dimensão e complexidade. Muitos são os encarregados da obra, todos com atribuições próprias, mal reguladas com o diretor do Jardim Botânico, todos com fortes desejos de afirmação pessoal e profissional.

O texto, em escrita clara e mordaz, erudita algumas vezes, um tanto vernácula outras, permite descobrir as vicissitudes do trabalho diário no estaleiro das obras e permite conhecer um pouco melhor este professor que parece não ter sido pessoa de temperamento acomodado, mas cuja dedicação e bem-querer ao Jardim Botânico que dirigia parece indesmentível.

## Documento

No dia 13 de Junho de 1814 principiarão as obras do Jardim: e tendo o Bispo muitas e muitas repetidas veses dicto que eu as havia de começar no mesmo plano, em que em 1807 as tinha começado e dirigido; succedeo que entrarão os trabalhadores Raynho e Administrador pelo Jardim dentro, e sem me darem parte alguma começrão a cavar aonde quizerão sem fim, nem que, nem para que, e vendo tanta asneira, proguentei = o que fazião, dicerão, o que lhes tinha ordenado o Sr. Bispo = //

Dia 13 – desleixo, pequeno servico e improprido, por se me não dar parte de trabalho algum: ha nova Administração! e neste dia principiarão as Obras! <sem se me dar parte!>

Dia 14. por dó destrubui alguns trabalhos, que nada valem pela pouca quantidade, bem apezar dos novos Directores da obra: insubordinacão.

Dia 15 pouca actividade e quasi total desprezo da obra.

2 homens na Pedreira

8 homens no serviço do Jardim //

Dia 16 pouca actividade e desproporção no trabalho

Dia 17 fui avisado pelo Pedro Serralheiro por ordem do Sr. Bispo! para fazer huma conferencia do Architecto, Mestre Baptista e elle Serralheiro para se fazer hum orçamento das despezas para acabar o actual muro da frente, e comparar esta despeza com a do novo projecto de todo o muro dito da Gradaria com Pilastras, cuja conferencia foi feita no sabado de tarde 18 e concluida e assinada por todos na manhã de Domingo 19.

Dia 18 destrubui por dó os trabalhos, mas pouca gente e desproporção. Visitou o Sr. Bispo o Jardim de tarde. //

Dia 19 estive com o Sr. Bispo toda a tarde, e lhe entreguei o dito orçamento, que está registrado no meu particular livro de *Borrão*<sup>70</sup>. Muita palavra, muitas ordens sem ordem, nada por escrito.

Dia 20 pouca gente e sem proporção o carreto: entrou a servir o Mestre Carvalho de vigia e director, que tinha chegado na noite de 18.

<sup>69</sup> Pedro Dias, "O Regimento das Obras da Universidade...", p. 346.

<sup>70</sup> Em itálico no original.



Dia 21 o mesmo. Annuncioi o Architecto a sahida do seu novo Regimento dado pelo Sr. Bispo Conde, e por elle declarou a todos absolutamente, que lhe erão subalternos, nem eu excepto; e o meu Jardineiro<sup>71</sup> lhe proguntou tambem se lhe era subalterno. Razão porque na noute deste dia procurei ao Sr. Bispo Conde, muita palavra, muitas ordens sem ordem, e nada por escripto, muitas embofias! //

Dia 22 Dirigi por dó athe ao meio dia os trabalhos, e ao meio dia decidi que não devia mais metter-me ou interessar-me na obra 1.º porque o Architecto quer ser superior a todos, e hum Lente no seu Estabelecimento não he subalterno nem ao Diabo : 2.º porque estava fazendo as vezes de abegão, recebendo as ordens dos superiores, isto he da Canalha ignorante : 3.º porque ao meio dia appareceo em minha caza a filha do Moraes da Arregaça que dice = “que por huma mera politica me dava parte que o Sr. Conservador tinha provido a seu Pay no lugar de Apontador das Obras do Jardim, e que querendo seu Pay aceitar, lhe mandaria abrir o ordenado de 240 rs por dia, mas que este jornal lhe seria augmentado quando visse progresso na obra, e que o mesmo tinha ja practicado com hum Benedicto etc. e com outros que hia a prover” = Conclui disto que me não estava bem ter todo o trabalho, e hum asneirão ter o Administrativo, e como Lente e unico, que me não estavão bem estes insultos, nem soffrer tal prodigalidade de Administração.

Dia 23 não appareci na obra, nem fui procurado pela chusma dos Directores: forte mixordia! O Architecto como Senhor da Obra, isto he como tollo da Obra, augmentou por si, como chefe, o jornal aos homens e as mulheres, dizen // dizendo que como chefe unico o tinha representado ao Sr. Bispo, e que portanto a elle só o incumbira e encarregara, o que tudo foi dizer no fim da tarde a todos os trabalhadores e raparigas, terminando que a elle só o agradecessem. Forte asno, mais quem o consente.

Dia 24 não houve trabalho; e abrindo a gaveta do Jardineiro achei nella hum Risco do Jardim,

<sup>71</sup> O jardineiro era Joaquim Pereira de Sena, provido no lugar em Congregação de 3 de março de 1812. Era pai de Fortunato Rafael Pereira de Sena [1793-1887], que será doutor e lente da Faculdade de Filosofia (Manuel Augusto Rodrigues (dir.), *Memoria professorum Universitatis Coimbricensis 1772-1937*, p. 286).

e bem errado, apezar de ter dado ao Architecto a minha Planta, a qual ainda não restituio; vendo-lhe porem o nome de Miranda como Author, ardi, e em hum bocado de papel que lhe peguei com massa escrevi // o seguinte =

“Dr. Neves Bot. Prof. delin. et primitus inven.

“Faça esta justiça, e risque o nome de Miranda, que he insolencia” =

Dia 25 sabado ainda os trabalhos forão mais desordenados; eu pasmo: junto á tardinha appareceo no Gabinete Jose de Carvalho a perguntar-me que he o que havia de mandar fazer, porque o Architecto tudo a si tinha arrogado mas que nada sabia mandar e que tudo erão proas e poderes e independencias mandadas segundo dizia por S. Ex.ca ao que respondi, que nada dizia, porque estava persuadido que toda esta in // insubordinação e desordem era permittida e sustida por S. Ex.ca; alias que me teria dado providencias, depois que lhe fiz duas representaçoes. Creio que S. Ex.ca está a obrar commigo do mesmo modo que obrou com o Brotero, para desgostar e ser independente em hum Estabelecimento de que não intende e que por capricho quer adianta-lo ao seu modo, *inconsulto aliquo*<sup>72</sup> porque ja tenho feito advertencias.

Appareceo tambem o Arruda por mandado de S. Ex.ca para que o empregasse no serviço da Obra, assim como ja me tinha dicto: conheci esta mangação do Sr. Bispo, e respondi ao Arruda = “que eu na Obra não tinha voz activa, que an // tes o Architecto com voz de S. Ex.ca me reputava subalterno, que eu em nada era consultado ou ouvido, e que ali estava feito hum pão de chaves, que os Empregados huns erão do Administrador, outros do Conservador, e outros de quem queria, e que portanto fosse dar esta parte a S. Ex.ca para determinar e resolver o que lhe parecesse” = Tornou passada meia hora a aparecer o dito Arruda, dizendo que tinha fallado a S. Ex.ca, e que lhe dicera que me participasse que elle daria as Providencias.

Appareceo depois disto o asneirão do Architecto dentro do meu Gabinete das sementes como quem era // era o unico dono da casa, e com toda a arrogancia e poderes me queria tomar huma satisfação de eu pregar com massa na margem do Risco a inscripção do dia 24, dizendo

<sup>72</sup> Sem consultar pessoa alguma. Em itálico no original.



que não era insulto a elle mas sim a S. Ex.ca porque era da sua vontade que o Risco fosse delle, ainda que eu o tivesse feito e lho tivesse dado para elle o copiar: enchi-me de paciencia e nada lhe respondi. O governo da Universidade está chocho!

Appareceo outra vez o Mestre de Obras Jose de Carvalho, que foi o Mestre das Obras do Museu e Universidade Observatorio velho etc., e a quem S. Ex.ca mandou chamar a Viseu, dizendo que andando toda esta semana no serviço // da Obra do Jardim o Architecto e o Administrador o derriscarão da Folha e que lhe não pagarão, ao que respondi = que nada era commigo =, e o Architecto dice que o Administrador assim tinha obrado por ordem de S. Ex.ca a quem tinha fallado a este respeito: entendão lá similhante mexordia! e velhacada.

Dia 26 Domingo. Forão o Administrador e Architecto juntos ao meio dia fallar a S. Ex.ca sobre o caso do Carvalho supra, e para fazerem conferencia sobre a Obra, como Directores do Estabelecimento que se vai a fundar! Fortes asneiradas. //

Dia 27 segunda feira, maior numero de Raparigas para carroto do que nos dias antecedentes; mas ainda nada de boa ordem porque o Administrador e Architecto são *Non entia*<sup>73</sup>.

Appareceo logo pela manhã o Architecto no meu Gabinete, dizendo-me em tom altivo e mangativo = que queria que se fizesse porque lho diceria o Sr. Bispo assim = e logo chegou tambem o Carvalho dizendo que queria saber a altura dos muros dos Parterros para dirigir os trabalhos dos terrenos, respondi que o unico Director de toda a obra era o Architecto que estava presente, o qual me tinha dado em nome de S. Ex.ca a voz de // subordinado e subalterno, e que portanto a elle competia hir tirar o nivelamento; respondeo que nada sabia disto, e que nunca tinha feito tal ... e que de Jardins nada entendia absolutamente.

De tarde deo-se-me parte de que o Raynho e mais Administração tinhão chamado o Arruda proguntando-lhe – que fazia ali e quem o tinha para ali mandado – respondeo que S. Ex.ca o tinha para ali mandado eviando-o [sic] ao Dr. Neves = assentárao, visto que não era admittido pelo Administrador Bernardo Alexandre ou pelo

substituto, que não fosse contado e // e mettido em folha; pelo que chamei o Arruda, sem lhe dizer tudo o que havia, e lhe dice que procurasse S. Ex.ca e que lhe desse parte que estava no serviço e que o mandasse contar. Deste facto se conclue bem o que vai no Jardim.

No fim da tarde foi o Architecto com alguns trabalhadores sem participação alguma abrir a antiga mina de agua que achei no saibro do muro, dizendo que por ordem de S. Ex.ca só a elle commettida com recommendação hia observar os – «quilates qualidade e quantidade da agua para informar e dar conta de si» – // este facto tem feito rir todos os Lentes que costumavão vir ao Jardim; e aos meus companheiros tem causado desesperação por verem os meus talentos e prestimo tam desatten(de)didos e enxoalhados.

Dia 28 3.ª feira de Junho barulho e desordem no trabalho e muita irregularidade e incopetencia [sic], porque apezar do Carvalho me procurar nada se faz, e estou ja com todos os fundamentos certo de que estas procurações são cavilosas e por manha feitas. Annunciou-me o Carvalho que S. Ex.ca o mandara chamar na noute antecedente, e que lhe dicera que me havia de fallar a mim S. Ex.ca pelo motivo de todo o succedido. // E fazendo se me queixa de que o Raynho tinha levado huma palmatoria para castigar os Rapazes e Raparigas do carroto, o que eu muito bem sabia, assim como o continuado costume de chamar ás Raparigas os nomes seguintes = arre putas, coiroens, surroens, bisbilhoteiras etc. etc. = e dizendo tambem o quanto hum rapaz fora mal tratado com pancadas deitando sangue pelo nariz, mandei advertir que dentro do Jardim, que dirijo por Ley não consentia que se chamassem nomes injuriosos, nem que se dessem castigos, porque quem não servia, se despedia: foi esta minha Providencia muito mofa // mofada por todos os Senhores novos Directores das chamadas Obras e houve o atrevimento de se responder = que se havia de fazer o que quizessem = Basta.

Dia 29. nada foi dia sancto.

Dia 30: pouca actividade e desordem no serviço, nada de regularidade: por dó mandei advertir que regulassem melhor os trabalhos, e que descobrissem os caroços de saibro, alias que era huma obra de enganos, e isto adverti junto á noute, porque em todo o dia fizerão o que quizerão segundo a sua bestunta. //

<sup>73</sup> Inexistentes. Em itálico no original.



Dia 1 de Julho 6.<sup>a</sup> feira melhor regularidade nos trabalhos pela advertencia antecedente; mas insubordinação entre si: não entendo, porque nem os Directores se entendem entre si. Achei dando tiros no morro de saibro da fonte, proguei porque ordem, respondeo-se-me que assim o tinha determinado quem podia; com muita submissão mandei advertir que aquele trabalho exigia vistas e medições anteriores, mas que fizessem o que quisessem.

Dia 2 sábado continuou o mesmo serviço do dia 30 do mez antece // dente: mas muitos projectos do Architecto e do mestre Carvalho, para medições nivelamentos; acodi a isto, alias volaverunt<sup>74</sup>. Hoje vi eu que a inspecção architectonica era mais extensa do que julgava! Carvalho despedia mulheres; Architecto rogava mulheres, ninguem se intende, e com razão, porque hum Jardim Botanico não he edificação de Architectura só, e o menos que tem he Architectura: deo-me o Architecto a intender o procedimento do Carvalho, respondi que obedecessem ás ordens se he que as tinhão, e que era tempo de fazer cada hum o que quizesse. //

Dia 3 Domingo. estive com o Sr. Bispo no Paço longo espaço, e mandou chamar o Mestre Carvalho e á face do Risco decidiu <o Sr. Bispo> que a rua travessa do cunhal dos Arcos tivesse vinte palmos de largura: entrando o Carvalho anunciou este que fóra estava o Administrador e Architecto os quaes o Sr. Bispo não mandou entrar enquanto eu estava; mas sahindo me constou pelo Architecto, que o Sr. Bispo com elles ambos fazia todos os Domingos conferencia sobre a obra!

Dia 4. Não entendo a obra cada vez vai mais péca na administração das arbitrias que tem; nada de actividade, ou regularidade, ou legitima distribuição. //

Dia 5. veio o Sr. Bispo ao Jardim pelas 7 horas e meia da manhã, e não me achou porque tinha hidro para hum Acto, e não consentio que me fossem chamar: determinou aos Mestres, que eu não conheço por tal, que a rua travessa assim dicta tivesse 15 palmos. Carvalho gritando que se despedissem mulheres de carroto, o Architecto que se chamassem; o Raynho obrando a este res-

<sup>74</sup> Volaverunt (do latim *volare*): à letra, "voaram". Termo usado para indicar que algo faltou de todo, se perdeu ou desapareceu.

peito como Director em chefe!..! Exigia o mestre Carvalho as mestras dos alcados dos muros dos Parterrás, mas nem elle nem o Architecto sabião o que havião de fazer: conheci a insufficiencia desta miseravel gente, e por honra e para bem do Es // Estabelecimento, apezar de tantas desfeitas, tantos desprezos e desattençoens só com o espirito do bem da Patria lancei mão deste trabalho de calcular e distribuir os alcados, o que se eu não fizesse, serião perdidas muitas despezas, e desorganizado o arranjoamento do Jardim, tam bem fundado e distribuido por mim. Neste procedimento quiz mostrar que o homem de Lettras pelo bem da sua Patria se deve esquecer dos descuidos e injustiças que experimenta pelos Chefes ou apaixonados, ou caprichosos por teima para sustentarem os erros commetidos. O que conclui. Os trabalhos do Jardim cada vez mais miseravelmente des // distribuidos: eu pasmo com tal desolação! E sustida de preposito para se mostrar o rancor e capricho contra mim. Cresceu huma alma nova em toda a Mestrança por este meu proceder desinteressado, visto que de toda a obra nada entendia a tal chimerica mestrança.

Dia 6 4.<sup>a</sup> feira não se entende o Carvalho com o Architecto, cada hum quer mandar, mas o Architecto como doudo andou a pregar pelo Jardim = que pelo seu Regimento era superior a todos, que a todos podia mandar, e que todos lhe devião obedecer = queixava-se de todos, de Administrador, de Raynho etc., e eu por mal dos meus peccados era quem // atturava as Jeremiadas deste frenetico asneirão, porque he piolho ladro, de quem me não posso livrar.

Dia 7, 5.<sup>a</sup> feira veio o Sr. Bispo ao Jardim pelas nove horas da manhã e lhe mostrei as mestras que tinha feito estabelecer para guia dos trabalhos. Neste dia logo ao romper da manhã por compaixão da obra fiz huma distribuição de trabalhos para systematizar o serviço, aliaz nada fundia, e hia cada vez para menos: forte miseria de obra assim sustida só por capricho. //

Dia 8. Estive quasi a partir com o mestre Carvalho pela sua teima de demorar os serviços e expediente só para ganhar dias de jornal e tempo: tudo sem ordem, porque se queria metter com lotação de terras sem nada entender disto, bem assim como o fatuo Architecto; mas o Jardim doeme porque he meu filho. Que tem o Jardim com esta corja de Asnos? Caprichos do Sr. Bispo o perderão. Teima do Mestre Carvalho em des-



pedir a gente do serviço. Se eu podesse ser indiferente, tinha tomado huma manta de unto com as tolisses desta desencadernada Administração, porque // não se sabe quem manda, quem dirige, nem quem fiscaliza: tudo vai a douda.

Dia 9. veio o Sr. Bispo ao Jardim pelas nove horas da manhã; azouou com a frouxidão dos trabalhos, ao que respondi que não era commigo e que eu ja tinha feito o maximo serviço de levantar as mestras dos alcados para toda a Obra absolutamente, o que se eu não fizesse, nenhum dos actuaes o faria: tornou a azoar, e eu lhe dice com candura que na obra não havia, nem actividade, nem distribuição, nem ordem, nem subordinação, e que // todo o expediente era huma continua perturbação = pelos Regimentos e Ordens que cada hum dizia ter =

Mostrei ao Sr. Bispo a minha Carta especial e particularissima de todas as medidas, alcados, e orientaçoens de todo o Jardim fundado e por fundar, que fiz em 1807 para 1808, e fiz-lhe ver que eu era o Author, e que nada havia mais que desejar.

Ao despedir á noute do trabalho deo ordens o Mestre Carvalho para se despedir a gente do serviço: aqui ha enigma.

Devo advertir, que pedindo eu por muito favor ao Sr. Raynho para que // para que o saibro que se cavasse fosse conduzido pelas Raparigas do carro para o plano da eschola que estava perdido por falta de areamento; com effeito para isto foi necessário mandar alguns trabalhadores, os quaes o dito Sr. suspendeo, dizendo que o Jardim era de outra conta. Caguei para quem assim governa, salvo se tudo isto he mandado fazer de preposito ou para me desgostar, ou fazer desesperar-me, e para que o Bispo <possa assim> conseguir o justificar-se das injustiças que me tem feito; mas caguei e estou cagando porque não dou ao registo. //

Devo advertir em 2.º lugar que no dia 2 de Julho appareceo no Jardim hum Quintannista Medico Jeronimo Carlos, a pesquisar por mandado do Sr. Bispo como hião os trabalhos da obra, e como erão ou não appropriados, e repetio esta visita e incumbencia no dia 4 para satisfazer ao dito Sr. Bispo; lamentou o dito subjeito, que nada disto intende, a má ordem da nova Administração, e pasmou de saber as desfeitas que se me estavão fazendo. Este Governo ja está chocho..... //

Dia 11 2.ª feira não appareceo o chamado Mestre Carvalho, nem tam pouco athe ás nove horas o denominado Architecto; cresce a desordem e irregularidade nos trabalhos. No sabado antecedente tinha-me procurado hum Rapaz dizendo-me que sua May queria vir na 2.ª feira para o trabalho, respondi-lhe que se presentasse ao Raynho, o qual a não aceitou, dizendo-lhe, que só se ficasse em lugar de seu filho que despediria; veio a mulher dizer-me isto, e vendo eu que era huma boa servente, a mandei trabalhar, e lhe dice que eu lhe pagaria á minha custa, // e foi para o trabalho.

Tinha dicto juntamente com o Architecto ao Raynho que dicesse ao Sr. Administrador que na 2.ª feira pelo menos deverião vir seis Pedreiros para porem o 1.º muro do 2.º Parterra na sua ultima fiada, e vendo que só vierão dous, progruntei por isto, e achei sorriso e mudança de cor no Raynho, e depois de apertado dice = que cumpria as ordens do Mestre Carvalho, que lhe determinara que despedisse a metade da gente, e que bastavão só dous Pedreiros, visto que ele hia para as pe // pedreiras etc.

Por muito amor que tenho ao Estabelecimento, cheio de dó fui dirigir todos os trabalhos que tam desordenados via sem Rey nem Roque. Forte miseria!

Dia 12 não appareceo o Carvalho athe as dez horas da manhã; mandei escorar os cavoucos, não fizerão caso, e por huma felicidade, no do muro da frente cahio depois do meio dia huma grande burra<sup>75</sup>, que mataria vinte e tantas pessoas se as apanhasse no trabalho. Tudo assim vai.

Por mandado do Sr. Bispo Conde, tres vezes mo determinou! continuei no nivellamento do terraço // da Feira pela lage do muro externo, com o fim de aproveitar o entulho para encher as grandes <covas> dos dous parterrás para diante da fonte, como sempre foi do plano, e porque não ha outra parte donde venhão; isto parecia mal á Mestrança, porque não entende nada de fins nem de meios; succedeo, o que fará pasmar, o chegar o Sr. Bispo hoje junto á noute á Feira, e proguntar quem tinha mandado fazer aquelle trabalho? respondeo o vigia = que o Dr. Neves = zangou-se muito o Sr. Bispo, e raivoso suspendeo tal trabalho! Entendão-no lá, tanto entende elle

<sup>75</sup> Grande bloco rochoso.



// disto como a Mestrança, só o Diabo poderá  
athurar isto.

Dia 13. Appareci no Jardim pelas 5 horas da manhã: o Raynho como nunca o vi, cheio de si e vomitando ordens de S. Ex.ca que lhe dera no terreiro da Feira quando suspendeo o roço que eu tinha mandado fazer, entrou destampadamente a dirigir todos os trabalhos por ordem de S. Ex.ca, logo depois disto appareceo o Mestre Carvalho com novas ordens, e principiou á mesma ordem a fazer outra asneira, que foi principiar a // deitar terra abaixo junto ao muro da frente para alem da fonte, dizendo para organizar o novo cavouco, forte brutalidade e falta de senso! Esta obra nova só de preposito para systematizar tollices parece ser estabelecida.

Faltando portanto o entulho do roço da Feira, que tinha mandado fazer para encher os covoens dos novos Parterrás para alem da fonte por huma optima direcção ás ordens de S. Ex.ca, (isto he por huma desordem) ordenou esta privada Mestrança que a boa terra dos cavoucos e da grande burra que cahio se lançasse toda nestes // nestes covoens sem se lembrarem de que a boa terra ha-de evitar muito dinheiro para o futuro, mas assim dizem que o ordena S. Ex.ca.

O Architecto fazendo algumas reflexoens mandadas fazer, ouvio ao Mestre Carvalho o dizerlhe = que elle não se embarçava nem nunca se embaraçou com Architectos nem com Directores e que sempre no governo de S. Ex.ca fizera o que quisera = O Architecto creio que por isto foi ás nove horas da manhã procurar a S. Ex.ca e queixar-se.

Eu ao meio dia procurei ao Sr. Bispo para lhe mostrar // a Carta de M. Amoroux<sup>76</sup> que da Universidade de Caen me pedia a minha correspondencia e amisade, respondeo-me o Bispo quando vio esta honrosa Carta athe para a Universidade que lhe empalhasse a resposta, e que depois de tempos ... etc.!: fallou no Jardim, propuz-lhe a desordem que hia pelas muitas ordens; irou-se e dice-me que hia a dar as providencias conforme eu dizia ... veremos, 3 vezes 9, 27, noves fora nada.

<sup>76</sup> Jean-Vincent-Félix Lamouroux (1779-1825), professor adjunto de História Natural na Academia de Caen em 1801 e professor titular em 1811 (Fernand Moreau, "A propos d'un portrait du naturaliste J.-V.-F. Lamouroux", in *Révue d'histoire des sciences et de leurs applications*, Tome 17, N.º 2, 1964, pp. 121-128).

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes manuscritas

Arquivo de Botânica da Universidade de Coimbra:  
*Caderno de Anotações do Dr. António José Neves e Melo (1808-1834).*

Arquivo Histórico Municipal de Coimbra:  
*Chefes de Família. Freguesia da Sé de Coimbra, 1822.*

*Corporações dos Ofícios. Serralheiros, 1739-1829.*

*Eleições Militares, Tomo V, 1805-1814.*

Arquivo Nacional da Torre do Tombo:

*Ministério do Reino, Liv. 443.*

*Ministério do Reino, mç. 508, cx 632.*

Arquivo da Universidade de Coimbra:

*Fundo Belizário Pimenta. Invasões Francesas. Subsídio Britânico. Freguesia de São Cristóvão, Caixa 4, N.º 329.*

*Processos judiciais. Inventários. Sé Velha. Inventário Orfanológico do Doutor António José das Neves e Melo, Maços N.º 2 e N.º 3.*

*Registros Paroquiais, Freguesia de Santa Cruz, Baptismos, 1764-1769.*

*Registros Paroquiais, Freguesia de Santa Cruz, Casamentos, 1767-1812.*

*Registros Paroquiais, Freguesia de Santa Cruz, Óbitos, 1707-1795.*

*Registros Paroquiais, Freguesia de Santa Cruz, Óbitos, 1822-1839.*

*Universidade de Coimbra, Casas da Universidade, Rua dos Estudos, Maço n.º 12.*

### Fontes impressas

*O Conimbricense*, N.º 2574, Coimbra, 26 de março de 1872.

*O Conimbricense*, N.º 2575, Coimbra, 30 de março de 1872.

*O Conimbricense*, N.º 3917, Coimbra, 7 de março de 1885.

*Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*, 3 vols. Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1972.

*Ordenações Filipinas, Nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa, Livro I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, imp. 1985.*

## Bibliografia

ALMEIDA, Manuel Lopes de, *Subsídios para a história da Universidade de Coimbra e do seu Corpo Académico (1801-1821)*, Coimbra, [s. n.], 1966.

BRANDÃO, Mário, *Um documento acerca dos prejuízos causados à Universidade pela Terceira Invasão Francesa*, Coimbra, Publicações do Arquivo e Museu de Arte da Universidade de Coimbra, 1938.

BRIGOLA, João Carlos Pires, *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no séc. XVIII*, [Lisboa], Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003.

BRITES, Joana, "Jardim Botânico da Universidade de Coimbra: de Vandelli a Júlio Henriques (1772-1873)", in *Arquivo Coimbrão*, nº 39, Coimbra, 2006, pp. 11-60.

CARVALHO, Francisco Augusto Martins de, *Algumas horas na minha livraria: artigos, notas e apontamentos colligidos por [...]*, Coimbra, Imprensa Académica, 1910.

CARVALHO, Joaquim Augusto Simões de, *Memoria historica da Faculdade de Philosophia*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872.

CARVALHO, Joaquim Martins de, *Apontamentos para a Historia Contemporanea*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1868.

CRAVEIRO, Lurdes, *Manuel Alves Macombo: arquitecto da Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990.

CRUZEIRO, Maria Eduarda, "A Reforma pombalina da Universidade". In *Análise Social*, N.º 24 (100), 1988 (1.º), pp. 165-210.

DIAS, Pedro, "O Regimento das Obras da Universidade de Coimbra ao tempo da Reforma Pombalina". In *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, nº 6, Coimbra, 1984, pp. 335-348.

DUARTE, Maria Teresa Cardoso, "Alguns dados acerca da construção do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra", in *Actas do Coló-*

*quio "A Universidade e a Arte: 1290-1990"*, Coimbra, Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993, pp. 403-441.

*Exposição de manuscritos e livros impressos dos séculos XV a XVIII*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1957.

FERNANDES, Abílio, "Contribuições mais relevantes da Universidade de Coimbra para o conhecimento da flora de Portugal e das ex-colónias", in *Universidade(s): história, memória, perspectivas. Actas do Congresso História da Universidade*, vol. 4, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1991, pp. 139-155.

FERNANDES, Abílio, "História do ensino da Botânica em Portugal", in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Ciências*, Tomo 21, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1980, pp. 203-253.

FONSECA, Fernando Taveira da, "O Jardim Botânico no contexto da Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra (1772)", in Thielemann, Werner (ed.), *Século das Luzes: Portugal e Espanha, o Brasil e região do Rio da Prata*. Frankfurt am Main, Teo Ferrer de Mesquita, 2006, pp. 249-272.

HENRIQUES, Júlio Augusto, "O Jardim Botânico da Universidade de Coimbra", in *O Instituto. Jornal Scientifico e Litterario*, Vol. 23, 2.ª série, Julho/Dezembro de 1876, pp. 14-22, 55-64, 107-117, 157-163, 216-221.

MACEDO, Marta Coelho de, "Coimbra na segunda metade do século XIX. A materialização dos avanços técnicos dos inícios da modernidade", in *Evolução do espaço físico de Coimbra. Exposição*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2006, pp. 43-63.

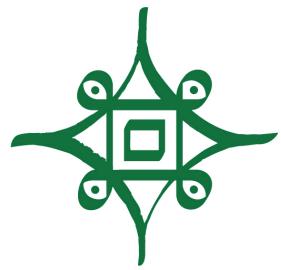
MORA, Mariana, "Os projectos de remodelação do Paço das Escolas, ao tempo da Reforma Pombalina", in *Actas do Colóquio "A Universidade e a Arte: 1290-1990"*, Coimbra, Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993, pp. 129-167.

MOREAU, Fernand, "A propos d'un portrait du naturaliste J.-V.-F. Lamouroux", in *Révue d'histoire des sciences et de leurs applications*, Tome 17, N.º 2, 1964, pp. 121-128.

PEIXOTO, Jorge, "Para a história do comércio do livro em Portugal: leilões em Coimbra no sé-

- c culo XIX”, in *Arquivo Coimbrão*, N.º 25, Coimbra, 1970, pp. 1-99.
- PRATA, Manuel Alberto Carvalho, “Ciência e sociedade: a Faculdade de Filosofia no período pombalino e pós-pombalino (1772-1820)”, in *Universidade(s): história, memória, perspectivas. Actas do Congresso História da Universidade*, vol. 1, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1991, pp. 195-214.
- RODRIGUES, Manuel Augusto (dir.), *Memoria professorum Universitatis Conimbrigensis 1772-1937*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992.
- RODRIGUES, Manuel Augusto (dir.), *Memoria professorum Universitatis Conimbrigensis 1290-1772*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 2003.
- SÃO BENTO, Luís de; SOARES, António, *Memorial de ministros: Catálogo alfabético dos ministros de letras*, Estudo e transcrição de Nuno Camarinhas, 2 vols., Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2017.
- SOARES, Sérgio Cunha, *Os vereadores da Universidade na Câmara de Coimbra (1640-1777)*, Sep. *Revista Portuguesa de História*, Tomo 26, Coimbra, 1991, pp. 45-80.
- SOUZA, Luís Paulo Ponte da Luz Martins de, *Jardim Botânico da Universidade de Coimbra: Introdução ao estudo da sua evolução*, Prova final de licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra: FCTUC, Arquitectura, 2001, polycop.
- TRINDADE, Maria Luísa, “José do Couto: arquitecto titular da Universidade de Coimbra: 1824-1829”, in *Actas do Colóquio “A Universidade e a Arte: 1290-1990”*, Coimbra, Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993, pp. 47-83.
- VIDAL, Antonino José Rodrigues, “[Relatorio do director em 1870]”, in Joaquim Augusto Simões de Carvalho, *Memoria historica da Faculdade de Philosophia*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, pp. 243-253.
- ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins (dir.), *Nobreza de Portugal: Bibliografia, biografia, cronologia, filatelia, genealogia, heráldica, história, nobiliarquia, numismática*, vol. II, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1960.





CENTRO DE  
ESTUDOS  
HISTÓRICOS  
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA